

Transfobia na educação: O olhar da estudante transgênero feminino

Transphobia in education: The view of the female transgender

Transfobia em la educación: La visión de la estudiante transgênica femenina

Recebido: 25/03/2021 | Revisado: 30/03/2021 | Aceito: 02/04/2021 | Publicado: 13/04/2021

Érika Fabíola de Araújo Ribeiro e Albuquerque

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8654-3353>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Brasil

E-mail: erikafabiolar@gmail.com.br

Elenilce Gomes de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5056-3798>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Brasil

E-mail: elenilce@ifce.edu.br

Resumo

O presente artigo é resultado da pesquisa realizada durante o mestrado e tem como objetivo discutir a transfobia institucional experienciada por estudantes transgênero feminino no ambiente escolar e as formas de enfrentamento desse tipo de preconceito adotada por essas discentes. A investigação de caráter qualitativo, recorreu à pesquisa bibliográfica, documental e empírica, por meio das técnicas da observação e entrevista semiestruturada, possibilitando uma maior aproximação com a realidade das discentes-interlocutoras deste estudo. O método histórico-dialético foi considerado o mais adequado para alicerçar esta pesquisa que, em harmonia com outras fontes de conhecimento, oferecem uma maior apreensão da realidade vivenciada em sua totalidade pelas interlocutoras desta pesquisa. Percebe-se, a partir das análises realizadas, que a escola se caracteriza como mais uma instituição que reforça a norma padrão de ser e sentir o gênero e a sexualidade, ditando regras baseadas no binarismo de gênero (vagina/mulher/feminino e pênis/homem/masculino), não se configurando, portanto, como um ambiente acolhedor e de respeito às diversidades de gênero.

Palavras-chave: Educação escolar; Transgeneridade; Transfobia.

Abstract

This article presents the results of a master's research and it aims to discuss the institutional transphobia experienced by female transgender students at school and the coping ways adopted by these students to deal with the prejudice. The investigation is a qualitative study, resorted to an empiric, documental and bibliographic research, using observation techniques and semi structured interview, enabling a closer forthcoming with the reality of the students of the study. The historical-dialectical method was considered the most appropriate to support this research, harmonizing with others knowledge sources, they offer a greater understanding of the reality experienced in its entirety by the interlocutors of this research. The analyzes, carried out during the study, shows that the school is characterized as another institution that reinforces the standard norm of being and feeling gender and sexuality, dictating rules based on gender binarism (vagina/woman/female and penis/man/male). Therefore, it is not a welcoming environment and it does not respect gender diversity.

Keywords: School education; Transgenerity; Transphobia.

Resumen

Este artículo es el resultado de una investigación realizada durante el máster y tiene como objetivo discutir la transfobia institucional que viven las alumnas transgénero en el ámbito escolar y las formas adoptadas por estas estudiantes para afrontar este tipo de prejuicio. La investigación cualitativa, utilizó la investigación bibliográfica, documental y empírica, mediante las técnicas de observación y entrevista semiestruturada, permitiendo una mayor aproximación con la realidad de los alumnos-interlocutores de este estudio. El método histórico-dialéctico fue considerado el más adecuado para sustentar esta investigación, la cual, en armonía con otras fuentes de conocimiento, ofrece una mayor comprensión de la realidad vivida en su totalidad por los interlocutores de esta investigación. Se puede apreciar, de los análisis realizados para la elaboración del estudio, que la escuela se caracteriza como una institución que refuerza la norma estándar de ser y sentir género y sexualidad, dictando reglas basadas en el binarismo de género (vagina/mujer/femenino y pene/hombre/masculino), por tanto, no es un entorno acogedor y no respeta la diversidad de género.

Incluir o resumo em espanhol.

Palabras clave: Educación escolar; Transgeneridad; Transfobia.

1. Introdução

Discutir o tema da transgeneridade¹ significa, na atualidade, reconhecer e evidenciar as pessoas transgênero² como sujeitos de direitos, garantidos nas mais diversas legislações vigentes em todo o mundo, a exemplo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, considerada o marco na história dos direitos humanos no mundo, a qual enfatiza, ao longo de seus trinta artigos, que todos os seres humanos são iguais em dignidade e direitos e, dessa forma, devem ter preservados seus direitos à vida, à liberdade e à segurança, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, religião, opinião política, condição social ou outra condição. (ONU, 1948). A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, por sua vez, segue as mesmas diretrizes asseverando, em seus artigos iniciais, a inviolabilidade do direito à vida a toda/o cidadã/o brasileira/o, bem como às pessoas estrangeiras residentes no país, sem qualquer distinção de “origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. (Artigo 3º, inciso IV).

Destaca-se, nesses mecanismos, o direito à vida como sendo o principal e sem o qual todos os demais perdem sentido. Assim sendo, este deve ser rigorosamente protegido e garantido pelo Estado a todos os indivíduos indiscriminadamente. Diante desses importantes instrumentos de promoção de garantias, não se pode silenciar perante atitudes e comportamentos que preterem pessoas trans e travestis do direito fundamental à vida, especialmente no Brasil, por ser o país, dentre os Estados democráticos onde há liberdade de expressão e de imprensa, que vem liderando há mais de 10 anos o ranking de assassinatos de travestis³ e transexuais⁴ no planeta⁵, motivados pelo preconceito, pela transfobia, pelo crime de ódio, na contramão de todas as ferramentas legais.

Realizada essa pequena introdução à temática, o presente artigo, fruto de pesquisa realizada durante mestrado, intitulada “Transfobia na educação: os desafios de estudantes transgênero feminino no cotidiano acadêmico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), *campus* de Fortaleza”, é um convite para expandir o conhecimento acerca da temática e possibilitar a criação de espaços de debates no meio acadêmico, reverberando para toda a sociedade. Almeja-se, com isso, que aquilo que é reconhecido e continuamente fortalecido como “normal”, seja questionado e ressignificado, sob a perspectiva das diferenças.

2. Metodologia

Realizou-se uma pesquisa de cunho qualitativo, cujo método de análise adotado foi o materialismo histórico-dialético, por considerá-lo mais apropriado para o estudo, uma vez que este método apresenta como problema central a sociedade burguesa e fornece “as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais, etc.” (Gil, 2008, p. 13).

Assim, considera-se que o objeto de pesquisa está inserido em uma realidade dinâmica e, por isso, precisa ser percebido e compreendido em suas múltiplas representações sociais, históricas, culturais, econômicas, políticas, superando aquilo que se apresenta no imediato, para assimilar sua essência, sua totalidade.

¹ “Acontece a transgeneridade quando a identidade de gênero, que as pessoas sentem ter, discorda do que apresenta sua conformação biológica, como meninos ou meninas, realizada no momento do nascimento, parâmetro de atribuição de gênero, masculino ou feminino” (Modesto, 2013, p. 50).

² “Trata-se de uma ‘etiqueta’ que engloba as diferentes variações de expressão do gênero que fogem ao horizonte hetero-normativo.” (Vale, 2005, p. 73). Dessa forma, optou-se, neste artigo, por utilizar o termo transgênero como termo guarda-chuva, que abarca travestis e pessoas transexuais.

³ “As travestis são pessoas que, ao nascerem, foram registradas no sexo masculino, com base apenas no seu sexo genital, e que procuram inserir, em seus corpos, símbolos do que é socialmente convencionado como feminino.” (CFESS, 2016, p. 10)

⁴ Transexual é a pessoa que nasceu com um sexo, mas sente e vive o sexo oposto, independente do desejo de realizar cirurgia de redesignação de sexo (Lionço & Diniz, 2009).

⁵ Dossiê: Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. (Benevides & Nogueira, 2020).

Sendo, portanto, a realidade dinâmica e em constante (trans)formação, que influencia o conhecimento e as relações entre os seres humanos e também sofre interferências, considerou-se importante buscar escritos de autoras e autores que utilizam outros campos de análises. A articulação entre os conhecimentos contribui para uma maior aproximação e compreensão das relações que envolvem as questões de gênero e que não se originam exclusivamente a partir da divisão sexual do trabalho ou mesmo do surgimento das classes sociais, mas por esses e outros aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e históricos. Dessa forma, as discussões teóricas estão ancoradas em autoras/es como Foucault (1999), Bento (2008), Saffioti (2004), Lustosa (2002, 2017), Junqueira (2009), Borrillo (2009), dentre outras/os que conferem cientificidade a este trabalho.

Foram realizados estudos bibliográfico, documental e empírico, recorrendo às técnicas da observação e entrevista semiestruturada. Utilizou-se um roteiro de entrevista com quatro perguntas, das quais duas estão relacionadas à transfobia institucional e aos impactos desse tipo de preconceito no rendimento acadêmico das estudantes e duas sobre as formas de enfrentamento da transfobia no ambiente escolar.

3. Opressão da Diversidade Sexual e Relação de Gênero

Importante se faz compreender o liame entre a transfobia, ou seja, o preconceito que cerca a pessoa transgênero e que pode ser materializado em forma de violência física e/ou psicológica ou pela negação de direitos, e as relações históricas de gênero, o qual é marcado pelo binarismo (vagina/mulher/feminino e pênis/homem/masculino) e pela cisheteronormatividade. A normatização de comportamentos, desejos e atitudes dentro do padrão cisgênero⁶ e heterossexual exclui e abomina todas as outras identidades de gênero, bem como as diversas formas de se relacionar afetivamente com a/o outra/o.

A intolerância à diversidade em uma sociedade heteronormativa⁷ e heterossexista⁸ pode ser a mola propulsora para o crescente número de violências experimentada pela população de LGBTQIA+⁹. A discriminação e o preconceito vivenciados por essa comunidade perpassam diferentes espaços de socialização, desde a família até as instituições de ensino, contribuindo, assim, para a perpetuação das diversas formas de violência contra esse público, cerceando o seu direito à educação (Albuquerque, 2020, p. 18).

Quando se trata de pessoas trans e travestis, sabe-se que, ao longo da história, essa comunidade vem sofrendo forte pressão para se adequar às normas e padrões de gênero e sexualidade estabelecidos em sociedades onde apenas o feminino e o masculino são aceitos socialmente.

Historicamente, a atitude de rejeição à diferença, ainda manifestada, na contemporaneidade, encerra, a princípio, a ideia de indivíduo padrão criado para diferenciar o “normal” do “anormal”. Esse foi o mecanismo para identificar e classificar os indivíduos desviantes do modelo de homem “ideal”; uma “invenção” da modernidade que traz o ranço da segregação: produz-se, então, a institucionalização da diferença (Lustosa & Pires, 2017, p. 178).

Corpos transgênero, que ousam transgredir as normas da moral tradicional e dos “bons costumes”, precisam ser invisibilizados ou, na melhor das hipóteses, curados daquilo que a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas

⁶ “... é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento, ou seja, as pessoas não-transgênero” (Jesus & Alves, 2012, p. 13).

⁷ Segundo Costa e Nardi (2015), o termo heteronormatividade foi criado em 1990 por Michael Warner “para definir o sistema de ideias que estabelece a heterossexualidade como norma (p. 718).

⁸ “O heterossexismo se refere à manifestação e à perpetuação, em instituições como a justiça, a educação e o trabalho, da ideia de que tudo que não é heterossexual tem menos valor e legitimidade.” (Herek, 2004, como citado em Costa & Nardi, 2015, p.718). Essa definição encontra complementariedade com a descrição de Borrillo (2009) para o termo, o qual “pode ser definido como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade assume posição superior. Todas as outras formas são qualificadas, na melhor das hipóteses, como incompletas, acidentais e perversas, e na pior, como patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização.” (p. 25).

⁹ A sigla LGBTQIA+ significa, lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros, transexuais queer, interssex, assexuadas/os. O símbolo “+” engloba todas as outras letras, como por exemplo as pessoas pansexuais, polisssexuais, dentre outras.

de Saúde (CID), na sua 10ª versão, ainda considera como uma doença. Ressalta-se que a transexualidade somente deixou de ser classificada oficialmente como transtorno mental após a divulgação da 11ª versão da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), realizada em 21 de maio de 2019 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no entanto, a nova versão da CID somente entrará em vigor em 1º de janeiro de 2022. É importante reconhecer os avanços dessa medida simples, no entanto, não se pode perder de vista que ainda há muito a avançar no sentido de garantir uma vida digna e livre de todas as expressões de preconceito que cercam o cotidiano de pessoas transgênero.

Bento (2008) denomina a classificação da transexualidade como doença de “patologização das identidades” e, nesse processo, aquelas/es que se consideram “normais” por apresentarem comportamentos heterossexuais, conferem a si mesmas/os a autoridade de realizar a “higienização social” que livrará toda a população da contaminação transgênero. Assim, a sociedade cisheteronormativa (o centro) “acolhe com prazer”, “na condição de doentes”, as pessoas trans e travestis (a margem), “para melhor excluí-las” (p. 22).

Destarte, percebe-se que as opressões se materializam não apenas na possibilidade de curar as pessoas trans e travestis do transtorno mental pelo qual supostamente passam, mas também através da marginalização, da discriminação, do abandono, da exclusão das políticas, da negação de direitos já conquistados pela população em geral, como saúde e educação. (CFESS, 2016).

Na sociabilidade do patriarcado e da heterossexualidade compulsória, o corpo das mulheres trans incomoda pois desarranjam, no imaginário popular, a forma construída historicamente como a única possível de ser mulher – a “mulher de verdade”: a mulher cisgênero, a qual é delimitada pela existência de uma vagina, cujas funções se restringem às relações heterossexuais e à maternidade (Haraway, 2004); (Bento, 2008) – e por desmontar a rigidez do binarismo de gênero, apontando e corporificando outras possibilidades de relações afetivas entre seres humanos. Daí a necessidade dessa sociedade compelir os corpos trans à invisibilidade para, assim, normatizar as relações de gênero, afetivas e sexuais entre os indivíduos.

Sabe-se que o ambiente escolar, em meio a essa sociabilidade, não é impermeável aos processos contraditórios e antagônicos inerentes à sociedade capitalista, configurando-se como mais um espaço de produção e reprodução das normas sociais vigentes e de manifestação do preconceito, materializando, dessa forma, os conflitos gerados pelo capitalismo. Assim sendo, os debates envolvendo gênero e diversidade sexual são limitados ou mesmo silenciados, contribuindo para perpetuar e fortalecer comportamentos e atitudes machistas, misóginas, sexistas e lgbtfóbicas, obstaculizando uma convivência harmoniosa entre os indivíduos, bem como a democratização desse espaço. Percebe-se, dessa forma, que o silêncio proposital em torno das questões de gênero e sexualidade no ambiente escolar “é uma forma de consolidação do preconceito estruturada em bases mais difíceis de serem enfrentadas”, por ser sutil e invisível. (Fontes, 2009, pp. 106-107).

A escola, a qual deveria estimular um debate denso e consistente em torno das diversidades, evidenciando as múltiplas orientações sexuais – homossexualidade e bissexualidade – e identidades de gênero – transexualidade, travestilidade e transgeneridade – “como manifestações tão legítimas e plenas quanto a heterossexualidade” (Borrillo, 2009, p. 44) e a cisgeneridade, contraditoriamente silencia, negligencia e se omite, contribuindo para a manutenção e disseminação da intolerância, com diversas consequências prejudiciais à saúde física e emocional desses sujeitos. (Pino, 2017).

Realizado um breve panorama geral, os tópicos que se seguem abordarão a transfobia institucional sob a perspectiva das estudantes trans feminina matriculadas no IFCE, *campus* de Fortaleza, e as formas de enfrentamento desse tipo de preconceito para que essas mulheres permaneçam no ambiente acadêmico e concluam sua formação superior.

4. A Transfobia Institucional na Perspectiva da Estudante Trans Feminino

Este tópico tem como objetivo apresentar as repostas das estudantes transgênero feminino matriculadas no IFCE, *campus* de Fortaleza, acerca da transfobia experienciada durante o seu percurso acadêmico, seguida da análise realizada pela

pesquisadora. Vale ressaltar que a pesquisa se deu em meio ao contexto de pandemia¹⁰ pelo qual o mundo vem passando desde o ano de 2020. Por isso e para viabilizar a sua realização, foram utilizadas plataformas eletrônicas (aplicativos de mensagens e e-mails) para a aplicação do roteiro de entrevista.

As estudantes responderam à quatro questionamentos, os quais tratavam sobre 1) a transfobia expressa no ambiente acadêmico; 2) a relação entre a transfobia e o desempenho acadêmico dessas estudantes; 3) as estratégias adotadas por elas para enfrentar a transfobia no IFCE e 4) as ações por elas sugeridas para superar a transfobia no IFCE. As respostas serão apresentadas seguidas das discussões articuladas com autoras/es estudiosas/os da área, com vistas a conferir maior cientificidade ao estudo.

Com vistas a realizar um panorama geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), no que tange ao número de estudantes trans matriculadas importa destacar que, de acordo com os dados oficiais, a referida instituição contabilizava matrícula de apenas cinco mulheres trans – todas de cursos superiores – dentre as/os 30.374 estudantes da instituição. Esses dados reforçam a ideia de que o ambiente acadêmico não se configura como um espaço diverso e democrático em relação à diversidade sexual e de gênero.

Esclarece-se, da mesma forma, que foram contactadas quatro das cinco estudantes, no entanto, apenas duas participaram efetivamente da pesquisa, visto que as outras duas não retornaram às tentativas de contato. Dessa forma, seguem as respostas de Ágata e Vênus, nomes fictícios escolhidos pelas próprias discentes.

4.1 Transfobia e as formas de enfrentamento

Em resposta à questão “como a transfobia se expressa no ambiente acadêmico?”, Vênus afirma que a transfobia institucional se manifesta de maneira sutil e velada, através de olhares e gestos muitas vezes imperceptíveis às pessoas cisgênero, mas que atravessam o seu cotidiano. No entanto, o sentido de sutileza não está associado à leveza, mas ao seu oposto, pois é justamente por ser sutil que se torna pesado e de difícil enfrentamento, visto não se revelar, conforme salienta Fontes (2009).

. . . pra mim, a transfobia ela se expressa através dos olhares, dos gestos das pessoas, é o olhar ele ele fala muita coisa, né? Entre alunos, entre servidores, professores, é assim que eu consigo identificar, é através do olhar. Porque através do olhar eu consigo identificar o quê que a pessoa tá pensando, com base no que eu já vivi lá fora, fora do IFCE, que é bem mais barra pesada. Então é a gente identifica através do olhar. (Vênus).

Percebe-se, na fala de Vênus, que a transfobia ocorrida em outros espaços sociais é mais evidente e ostensiva, podendo evoluir para agressões físicas que muitas vezes arrebata suas vidas com uma brutalidade semelhante ao suplício¹¹ narrado por Foucault em sua obra *Vigiar e Punir* (1999).

No entanto, apesar de Vênus experienciar a transfobia, mesmo que de maneira sutil, esta afirma não sofrer muito com esse tipo de preconceito, pois seu comportamento se assemelha a atuações associadas histórica e culturalmente ao feminino. “Eu não costumo ter uma constância de situações desagradáveis, porque eu consigo passar despercebida, sim, porque eu não aparento ser uma mulher trans, né, só em algumas situações . . . , mas geralmente eu consigo passar despercebida, sem chamar atenção.” (Vênus).

¹⁰ A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, o surto da doença causada pelo novo coronavírus (Covid-19) e em 11 de março de 2020, esta doença foi caracterizada pela mesma organização como uma pandemia, causando mortes em todo o planeta. De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde, até do dia 12 de fevereiro de 2021, haviam sido confirmados 107.423.526 casos de COVID-19 no mundo, com 2.360.280 mortes. O mês de março de 2020 foi marcado pelo início dos casos de adoecimento de cearenses vítimas da doença. No dia 15 de março de 2020, foram confirmados os três primeiros casos da enfermidade no Estado do Ceará, fato que levou o governador, Camilo Santana, a decretar, no dia seguinte (Ver Decreto Estadual Nº 33.510, de 16 de março de 2020), situação de emergência em saúde em todo o Estado, adotando o isolamento social como medida de enfrentamento à doença, sendo considerada a ação mais eficaz para diminuir a velocidade do contágio, adotada em todo o mundo, visto não haver ainda vacina de imunização da população. Assim, a circulação de indivíduos pelas cidades do Estado do Ceará foi restrita aos serviços essenciais, tendo sido paralisadas, inclusive as aulas presenciais no IFCE.

¹¹ Tortura com dores intensas e prolongadas. O objetivo era punir o corpo do condenado, sendo exemplo para que outras pessoas não cometessem o mesmo crime. O suplício se assemelhava a um espetáculo que ocorria em praça pública, sob o olhar atento dos súditos. (Foucault, 1999).

O tratamento respeitoso que Vênus recebe está associado aos traços de semelhança que a associa à mulher cisgênero, e não por sua identidade trans. Isso corrobora com a negatividade que está associada à transgeneridade, bem como a tudo o que difere dos padrões de heteronormatividade.

Nesse sentido, importa destacar a construção social em torno da semelhança, como algo positivo, e da diferença, que carrega traços de negatividade. Saffioti (2004) alerta para a confusão entre os conceitos de igualdade, diferença, desigualdade e identidade, sendo comum a contraposição entre os termos diferença e igualdade, o que é considerado um erro para a autora, pois

O par da diferença é a identidade. Já a igualdade, conceito de ordem política, faz par com a desigualdade. As identidades, como também as diferenças, são bem-vindas. Numa sociedade multicultural, nem deveria ser de outra forma. Lamentavelmente, porém, em função de não se haver alcançado o desejável grau de democracia, há uma intolerância muito grande em relação às diferenças. O mais preocupante são as gerações mais jovens, cujos atos de crueldade para com índios, sem teto, homossexuais [e transexuais] revelam mais do que intolerância; demonstram rejeição profunda dos não-idênticos. (Saffioti, p. 37 – grifo nosso).

Ágata, por ter iniciado o tratamento com hormônios femininos há pouco tempo, e por não passar “despercebida”, enfrenta a transfobia de forma mais dura e cruel, chegando a afirmar que atividades rotineiras para qualquer pessoa, como ir à escola, torna-se um suplício para ela, uma vez que a sociedade compulsoriamente associa a sua imagem à prostituição. “Eu deixo um pedaço de mim por onde eu passo” (sic). Esse desabafo confirma a necessidade de sociedades machistas, patriarcais, heterossexistas e heteronormativas em ridicularizar e ocultar a existência das diferenças, impondo obstáculos à livre circulação das pessoas trans e à manifestação de sua transgeneridade.

Então! É... essa pergunta “ela” não abrange, na minha vida, somente o IFCE, mas todo o contexto em si, sabe? Desde a saída da minha casa até a chegada no IFCE. E eu encontro várias dificuldades, porque a sociedade heteronormativa “ela” não está acostumada a ver um corpo trans, a ver um corpo diferente daquilo que foge do padrão, como é o padrão estabelecido. (Ágata).

Ágata insere na discussão o acesso ao banheiro, sendo este um espaço onde a transfobia se revela de forma mais acentuada no cotidiano acadêmico. Carregado de símbolos que sinalizam o não lugar das pessoas trans, o acesso ao banheiro é uma questão que causa desconfortos e que precisa, com urgência, ser amplamente discutida, pois se trata também de uma questão de saúde, conforme afirma Andrade (2012),

Proibir alguém de usar um banheiro em função de sua sexualidade é algo absurdo, pois o que está em jogo não é uma afirmação sexual, mas uma necessidade do corpo vital que quando não consumada pode causar problemas de saúde grave. Mas a humanidade insiste em continuar presa ao cumprimento dos papéis. (pp. 163-164).

Para Santana (2016) o banheiro não se configura apenas como um espaço de realização das necessidades fisiológicas, mas “de categorização entre corpos, como ‘femininos’ ou ‘masculinos’, onde não se encaixam os corpos travestis” (p. 105). Percebe-se, através do relato de Ágata, que o banheiro feminino se caracteriza como o não lugar da mulher trans.

É uma vez eu entrei no banheiro feminino, dentro da instituição, e tinha uma menina que “ela” tava se trocando, ela tava de sutiã, junto com as amigas dela, e quando ela viu que eu entrei no banheiro, ela automaticamente “ela” pegou a toalha e se cobriu. Sabe? Ela ficou olhando assim pra mim e automaticamente também, a moça responsável por limpar o banheiro, “ela” ficou me seguindo o banheiro todo, sabe? Ela ficou observando os meus passos. Quando eu saí da cabine [...] que eu fui lavar minhas mãos e fazer outras coisas, as meninas ficaram muito é... assim “receosa” de me ver ali dentro daquele banheiro, sabe? E também a moça que tava responsável pela limpeza, “ela” ficou me acompanhando durante o tempo todo e eu me senti muito constrangida nessa situação, sabe? É.. então... aí eu saí do banheiro e pronto. Aí eu procurei também não entrar mais. Eu fiquei assim, sabe, refletindo de “poxa! Será que ali também não seria o meu espaço?” É por isso que eu citei que, às vezes a transfobia “ela” ocorre de maneira mais sutil, sabe, de uma maneira

mais delicada que as pessoas perguntam: “Nossa, mas isso é transfobia?” Geralmente as pessoas que praticam e não assumem que são transfóbicas, né? (Ágata).

A estudante relatou também sua experiência durante o uso do banheiro masculino, expondo a abordagem de cunho sexual de um rapaz, fato que lhe causou constrangimento e temor em voltar a utilizar esse espaço para satisfazer suas necessidades fisiológicas.

E numa dessas entradas no banheiro masculino, eu me deparei com um rapaz, sabe, e quando eu entrei nesse banheiro, esse rapaz “ele” começou a dar em cima de mim, ele começou a... querer tocar no meu corpo como se eu tivesse autorizado, sabe? E eu fiquei assim: “Poxa! porque que será que esse rapaz, né, ele tá se insinuando pra cima de mim? Será pelo fato d’eu ter me vestido? Pelo fato d’eu ter me maquiado?” Sabe? E ele começou a dar em cima de mim e ele me deixou muito constrangida ao ponto d’eu sair do banheiro também e não voltar mais pro banheiro masculino, sabe? Aí eu fico perguntando, né? Beleza! A gente tá falando sobre banheiro, mas qual banheiro eu devo usar, o feminino ou o masculino? Será que seria possível eu criar um novo banheiro pra que eu pudesse entrar? Acho que não, sabe? (Ágata).

Percebe-se que o pênis de Ágata incomoda a sociedade ávida pela conformidade do gênero ao sexo atribuído (biológico) e que a aparente ameaça que ele representa à suposta “fragilidade da mulher” é utilizada como forte justificativa para negar à Ágata o acesso a esse ambiente. No entanto, a sociedade machista, patriarcal e cisheteronormativa silencia diante da possibilidade de ameaça que as mulheres trans e travestis estão sujeitas ao utilizar o banheiro masculino. Longe do olhar vigilante e atento da comunidade escolar e de toda a sociedade, “homens se sentem ainda mais à vontade para invadir os corpos dessas mulheres e cometer crimes sexuais.” (Albuquerque, 2020, p. 75).

Dessa forma, diante do impasse sobre a legitimidade do uso do banheiro feminino ou masculino por mulheres trans e travestis, estas são duplamente prejudicadas, 1) por não terem a sua identidade de gênero respeitada e reconhecida e 2) “não se sentindo segura e confortável em utilizar quaisquer desses ambientes, permanecem um longo período de tempo sem realizar suas necessidades fisiológicas, contribuindo, dessa forma, para o surgimento de problemas de saúde”. (Albuquerque, 2020, p. 74)

Evidencia-se, dessa forma, o banheiro como mais um espaço social de afirmação e legitimação da identidade de gênero e do sexo dos indivíduos, sendo fundamental o reconhecimento institucional dessas identidades para o combate da transfobia no meio acadêmico. Godoi, Moraes & Matos (2021), citando Weeks (1999), afirmam que

A identidade sexual [**e de gênero**] é um conceito fundamental para muitas pessoas no mundo moderno, pois oferece um sentimento de unidade pessoal, localização social ou até mesmo de comprometimento político. Dizer “eu sou gay” ou “eu sou lésbica” [**ou eu sou trans**] é uma declaração de pertencimento e assumir uma posição diante dos códigos sociais dominantes (Godoi, Moraes & Matos, 2021, p. 16 – grifo nosso).

Discussões em torno desse assunto já foram tensionadas junto à gestão do IFCE, *campus* de Fortaleza, e a alternativa encontrada pelo grupo gestor foi a reclassificação de um banheiro destinado a pessoas com deficiências como um banheiro unissex, sem separação de sexo/gênero. A iniciativa é considerada importante, pois assim, a curto prazo, as pessoas trans que frequentam a instituição podem satisfazer suas necessidades fisiológicas básicas, no entanto é importante suscitar a seguinte reflexão: separar os espaços seria a melhor maneira de incluir, sejam as pessoas trans ou mesmo as pessoas com deficiências? Acredita-se que a criação de um terceiro banheiro – o unissex – significa não reconhecer a identidade feminina da mulher trans e da travesti, reforçando o pensamento de Bento (2008) quando afirma que a sociedade heteronormativa constrói artifícios para melhor excluir aquelas pessoas que habitam as margens sociais.

Perante mecanismos de exclusão sob o véu da inclusão, Ágata compreende que é urgente a criação de espaços de diálogo em torno da utilização do banheiro por parte da comunidade trans. É imprescindível a ampliação da discussão acerca da transgeneridade no sentido de desconstruir mitos, tabus, conceitos e preconceitos em torno da temática e de garantir a esse

público o direito de acessar todos os espaços institucionais e, dessa forma, contribuir para a construção de uma escola plural, diversa, multicultural e democrática, pois, assim como afirma Lustosa (2002), “o acolhimento de *todos* os alunos, indistintamente, é um dever da escola” (p. 96 – grifo da autora). “. . . é uma coisa assim muito urgente a gente discutir sobre isso, porque é necessário, importante a gente discutir e levantar questões e questionamentos sobre o uso do banheiro, né, para pessoas trans femininas, né.” (Ágata).

Para a segunda indagação: “A transfobia interfere no seu desempenho acadêmico? De que forma?”, Ágata relatou que a dificuldade de se inserir no mercado de trabalho, o qual se revela como mais um espaço excludente e de não aceitação das diversidades de gênero, contribui para a sua desmotivação em permanecer no curso, no entanto compreende que a academia é um espaço de resistência, onde é possível amplificar e potencializar sua voz.

. . . às vezes eu fico muito desmotivada em relação a isso, porque eu quero ser professora e eu encontro muitas dificuldades e medos, sabe, e insegurança também em relação a isso, porque as pessoas “elas” tendem a rejeitar aquilo que é diferente, sabe? E eu acredito na minha capacidade. Eu acredito que eu sou capaz sim de dar aula. Eu sei que eu estar dentro desse espaço é um espaço de resistência, é um espaço de luta. É uma luta diária que a gente tem que travar. Mas eu acredito que isso atrapalha muito, sabe, no meu rendimento. Não a minha sexualidade, não, não o meu gênero, não como eu me identifico. E... e às vezes eu fico muito desmotivada, sabe, é... se vale a pena eu continuar o curso. Eu já me aceitei como eu sou, sabe, como eu me identifico e como eu sou, a mulher que eu sou. E, automaticamente, isso interfere muito na minha vida profissional, porque as pessoas sempre “elas” vão levantar esse questionamento de o lugar da pessoa trans, o lugar da mulher travesti. Sabe? Qual seria esse lugar? Seria um lugar de esquina? Seria um lugar de prostituição? Por que que a gente não poderia ter uma, uma trans professora? Por que que a gente não poderia ter uma trans atendente de telefone? Por que que a gente não poderia ter uma trans recepcionista? Sabe, a gente precisa ver o corpo trans em outros locais, embora o local onde o corpo trans esteja “ele” merece ser respeitado. E... às vezes eu penso. Penso se seria possível continuar. Eu penso se seria possível eu... eu seguir a minha carreira de professora, sabe, de arte e educação, que é uma coisa que eu sou muito fascinada, que eu amo. Eu sempre gostei porque eu sempre vi a arte como um... um instrumento potencializador da voz, sabe, assim D’eu levantar e erguer minha voz nessa sociedade que é preconceituosa, que é transfóbica, sabe? (Ágata).

A reflexão trazida por Ágata sobre o lugar dos corpos trans denota que os espaços centrais – do mundo acadêmico e da inserção formal no mercado de trabalho, por exemplo – não se destinam a eles, os quais devem se render ao carma do seu destino – a periferia, a margem, a esquina como única e principal alternativa possível de sobrevivência. Ressalta-se que a problemática não se centraliza no trabalho desenvolvido por prostitutas, mas na vinculação compulsória da imagem de mulheres trans e travestis à atividade sexual, definindo a sexualidade como traço central de suas personalidades e tornando menos importantes as demais características que as compõem.

Em pesquisa realizada por Almeida e Vasconcelos (2018) na cidade de São Paulo, cinco são os fatores que impõem obstáculos para o acesso de pessoas trans e travestis ao mercado de trabalho, “(i) preconceito e transfobia; (ii) documentos, tais como registro civil e certificado de reservista; (iii) uso de banheiro, vestiário e uniforme; (iv) baixa escolaridade e evasão escolar involuntária; e (v) a linguagem corporal e verbal.” (p. 328).

Dentre esses fatores, o preconceito e a transfobia constituem-se como as principais barreiras a serem superadas, não apenas quando se trata da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, mas no que se refere à possibilidade de uma vida plena e digna, assim como apregoa as diversas legislações e os mecanismos de proteção social. Nesse sentido, corrobora-se com Lustosa (2002), quando afirma que “as barreiras atitudinais¹² são grandes ainda, e talvez até mais difíceis de superar O preconceito é um dado consumado. Entretanto, não é imutável!” (p. 140).

A fala de Vênus ratifica a escola como “um microcosmo onde conflitos sociais se produzem e reproduzem para a sociedade, e igualmente desta para o ambiente escolar” (Pino, 2017, p. 20), uma vez que ela percebe a vinculação de sua imagem a práticas sexuais até mesmo entre docentes, quando afirma que a transfobia interfere no seu rendimento acadêmico.

¹² Comportamentos preconceituosos, estigmatizantes, estereotipados e discriminatórios. (Sasaki, 2009).

Sim. Interfere sim. É... tudo que lhe diz respeito como pessoa “ela” foge da sua competência. Ah! Eu vou me socializar, por exemplo, pra entrar em um projeto e eu tenho que falar com um professor, do sexo masculino, por exemplo. Ele nunca vai lhe olhar de uma forma é... com a sua competência, com o que você tem pra mostrar, com o que você sabe. Ele vai olhar pro lado sexual, infelizmente, né? pelo fato de você ser trans, você tem uma imagem de que você é da vida, que você é uma profissional do sexo e que você tá disposta a fazer qualquer coisa pra qualquer pessoa e que você é assim. E na verdade não é assim, entendeu? Nós estamos ali pra mudar de vida, pra buscar nossas inspirações, pra colocar em prática os nossos planos, pra realizar sonhos. Então a gente não quer, felizmente, estar em um lugar que infelizmente foi destinado a nós. Então, a gente, por muito tempo, tinha só aquele espaço: “*Não, você é mulher trans ou travesti, você só pode é... estar neste ambiente, você só pode trabalhar disso, você só pode fazer isso*”. Então, a partir do momento que a gente quebra isso entrando numa universidade, a gente já consegue deixar muitas pessoas inquietas. (Vênus)

No entanto, apesar de compreenderem que o ambiente acadêmico também está impregnado de conceitos e preconceções alinhadas às normas sociais de comportamento heterossexual, misógeno e cisgênero, ambas as estudantes percebem a escola como um espaço de resistência, por meio do qual seria possível romper com a construção social que associa compulsoriamente suas imagens à prostituição.

Vênus relata ainda uma situação de grande desgastante que vivenciou junto a alguns colegas de sala de aula como um fator que prejudica não apenas o seu rendimento acadêmico, mas a sua saúde psicológica, visto que ela, enquanto mulher trans, experencia situações que não se apresentam para outras pessoas.

Teve um caso de uma menina que fazia uma cadeira comigo E ela resolveu fazer uma aposta. Pra saber se eu era uma mulher trans ou não. E aí eu fiquei...transtornada, quando eu soube. E aí eu entrei com um processo administrativo e tal. já faz dois anos e eu tô acompanhando até hoje como é que vai... desenrolar, né? É... mudou-se muito. Talvez... elas foram chamadas, devido ao processo, claro, assim como eu fui chamada pra fazer os depoimentos. E aí, com certeza mudou-se o olhar, que ela não podia fazer certas coisas, que ela tava fazendo em outros locais, né? Então, se ela faz em outro canto, lá no IF ela não vai fazer. O processo “ele” tenta deixar essa mensagem. Me prejudicou, digamos assim, meu rendimento acadêmico? Prejudica a gente, porque eu estou vendo, eu estou sentindo, eu estou olhando aquilo, eu estou ouvindo coisas que eu não gostaria, né? Então nós ouvimos de tudo, entendeu? De piada de cunho sexual, é... assovios. Isso incomoda a gente, entendeu? . . . E as questões de deboche, de conversinhas, de risadinhas, atrapalha a gente. A gente consegue pensar nisso muitas vezes ao dia e até mesmo em casa, quando chega do IF, entendeu? Então isso vai somando e você acaba indo “prum” mundo paralelo e pensando em várias coisas. Será que é isso? Será que é aquilo? É... e aí vai atingir o seu... a sua identidade, logicamente. E aí você vai se perguntar: Será que é preciso? Será que eu tenho que passar por isso tudo? Né melhor desistir? Isso, aquilo outro. Vai afetar o seu psicológico. Você vai ter problemas. E obviamente vai afetar o seu rendimento acadêmico. “Invés” de tá investindo esse tempo se preocupando, esse tempo estaria sendo utilizado pra você estudar pra uma prova, pra um trabalho, adquirir conhecimento, enfim. Então esse tempo que você tá ali, dando pra esse tipo de coisa, você poderia tá dando estudando, né? Então infelizmente as pessoas acabam te atrapalhando, em vez de te ajudarem. (Vênus).

Narrativas de exclusão, humilhação e constrangimento como os expostos por Vênus, reforçam que a escola se configura como um ambiente hostil, onde as atuações de gênero que diferem do padrão cisheteronormativo são fortemente rechaçadas e, por isso, o público LGBTQIA+, especialmente as pessoas trans e travestis, tornam-se alvo de constantes injúrias, chacotas e crueldades. As cotidianas ofensas e as barreiras de acesso aos diversos espaços institucionais são um convite para que essas pessoas se retirem da escola e, dessa forma, a expulsão é escamoteada pela evasão, numa evidente transferência da responsabilidade pelo abandono escolar exclusivamente para a/o discente, a/o qual, não suportando frequentar esse ambiente ofensivo e ameaçador, são coagidas/os a renunciar ao seu direito de educação escolar.

Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil é limitador falarmos em “evasão”. No entanto, não existem indicadores para medir homofobia de uma sociedade e, quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar,

teremos como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia. (Bento, 2008, p. 166).

Dessa forma, considera-se imprescindível que sejam pautados debates em torno da diversidade sexual e de gênero e do respeito e legitimidade de todas as formas de expressão de identidade e afeto. Assim, é possível contribuir para a construção de um ambiente verdadeiramente democrático, acolhedor, participativo e reflexivo, onde as particularidades dos indivíduos – e suas diversidades – não motivem a manifestação de atitudes de preconceito, discriminação e violência, mas despertem o respeito e a empatia, com vistas a edificar uma sociedade sobre bases sólidas da democracia, da justiça e da igualdade social.

A questão posta à educação . . . é que a escola se transforme em um espaço que prime pela afirmação e pelo respeito à identidade de cada indivíduo e não pela perpetuação de preconceitos e estigmas, onde permanentemente busque e crie caminhos para trabalhar com as inúmeras “possibilidades de ser” da humanidade, complexa e plural. (Lustosa, 2002, p. 98).

E, nesse sentido, as estudantes expuseram suas estratégias de enfrentamento à transfobia no ambiente escolar, bem como elencaram ações para superar esse tipo de preconceito dentro do IFCE, sendo estes o terceiro e quarto pontos abordados no roteiro de entrevista.

Sobre as formas de enfrentamento, ambas adotaram (e adotam) estratégias individuais para combater o preconceito que experimentam cotidianamente, como assumir uma imagem mais séria na tentativa de usufruir de respeito e dignidade e frequentar os espaços socioinstitucionais.

Não era necessário. Era pra todo mundo respeitar uns aos outros sem mais nem menos, né? E acabou que não aconteceu. [...] Então eu tive que utilizar essas armas, né, de ser uma pessoa mais séria no vestir, no olhar, na imagem, né? Na imagem como um todo eu tive que ser mais séria, eu tive que lutar por isso, pra ter o mínimo de respeito e dignidade. Então eu driblo dessa forma, até hoje, eu consigo driblar isso. Então, [...] quando eu comecei a pôr em prática essas armas, a imagem, eu vi que eu [...] tive resultados. (Vênus).

Ágata utiliza como estratégia o diálogo individual com colegas e servidoras/es, problematizando o direito da pessoa trans de acessar todos os espaços institucionais, além de participar de pesquisas científicas que abordem o tema da transgeneridade. Dessa forma, Ágata acredita que suas experiências ganham maior projeção e visibilidade.

Antes dessa pesquisa eu me via só, dentro do Instituto, sabe? Eu não via uma forma de... de combater essa transfobia, sabe? [...] além de conversar. Além de... de manter o diálogo com as pessoas de por que eu não posso frequentar esse lugar? Eu sempre procuro tá dialogando com as pessoas, mas eu sinto que falta alguma coisa ainda mais. E eu acredito que essa pesquisa “ela” seja uma oportunidade de nós, meninas trans, mulheres cis, gays, lésbicas e heterossexuais, da gente juntar e pensar numa possibilidade, sabe, de combater a transfobia que ocorre dentro do Instituto. (Ágata).

Evidencia-se, nos relatos, que ambas não percebem que a busca pelo direito ao respeito e dignidade da pessoa trans não deve se dar apenas em âmbito individual, mas deve ser o objetivo de toda a sociedade, pois conviver com as diferenças traz benefícios a todas e todos, na medida em que possibilita que cada indivíduo se livre das amarras dos preconceitos e amplie as “leituras de si e do mundo”. (Junqueira, 2009, p. 176).

É importante destacar que recentemente, no dia 13 de junho de 2019, o Supremo Tribunal Federal (STF), por oito votos a favor e três contra, decidiu criminalizar a homotransfobia, enquadrando a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero pela Lei do Racismo (Lei Nº 7.716/89). Dessa forma, sendo o racismo um crime inafiançável e imprescritível – estabelecido pelo artigo 5º, inciso XLII, da Constituição Federal de 1988 – a homofobia e a transfobia também passaram a ser considerados crimes inafiançáveis e imprescritíveis. Nessa perspectiva e conhecendo os mecanismos legais de proteção social,

é imprescindível que essas estudantes, bem como a comunidade LGBTQIA+, reconheçam-se como sujeitos de direitos pertencente a uma sociedade que, embora traga o ranço da normatização de gênero e de sexualidade, possui canais de denúncias para os casos de transfobia.

Ágata verbalizou a importância deste estudo na sua vida pessoal, o qual possibilitou a ampliação e o fortalecimento de sua voz e de suas experiências. Este fato ficou ainda mais evidente nas respostas que a estudante deu ao quarto questionamento: “Quais ações você sugere para superar a transfobia no IFCE?”

Ágata e Vênus elencaram a importância de realizar atividades como performances teatrais, debates, rodas de conversas, oficinas e produção de folhetos informativos com o objetivo de suscitar discussões e levar informações a toda a comunidade acadêmica acerca da transgeneridade e dos direitos das pessoas trans, inclusive de acessar aos diversos espaços institucionais – como o banheiro, por exemplo – bem como evidenciar os canais de denúncia em caso de transfobia ocorrida dentro do IFCE, tal como a desferida tão nitidamente contra Vênus em sala de aula.

E eu acredito que é necessário a gente levantar espaços de diálogo dentro do Instituto e que a gente tenha mais espaço. Eu também faço arte, eu produzo arte, porque eu acredito que a arte “ela” é um meio de reforçar a minha existência, sabe? Além de me trazer uma voz, ela reforça que eu existo, que eu estou viva, que eu ainda estou naquele espaço, que eu estou viva. Então seria...seria uma dessas, assim, uma maneira que eu encontrei pra... pra reforçar a minha existência, pra reforçar que eu estou naquele lugar, pra reforçar que, embora muitos fatores ocorram pra que eu não esteja viva, eu ainda estou naquele lugar e eu estou viva, sabe? (Ágata).

O objetivo dessas atividades é trazer a transgeneridade para o centro das discussões e tornar visível aquilo que a sociedade vem tentando esconder: os corpos trans e as múltiplas possibilidades de relacionamentos afetivos com outros sujeitos. Almeja-se, com isso, que as/os estudantes do IFCE compreendam que as diversidades sexuais e de gênero são igualmente legítimas e que, portanto, todos os indivíduos têm o direito de circular e de se sentir seguros em todos os espaços.

Destarte, considerando as respostas das estudantes – uma vez que se compreende a importância de inseri-las no processo de planejamento, oportunizando o ativismo e o protagonismo na construção das ações do plano – a pesquisadora elaborou o produto educacional intitulado “Plano de Enfrentamento e Prevenção à Transfobia no IFCE”, que objetiva “dar visibilidade ao tema da transgeneridade, contribuindo para a construção da cultura do direito da pessoa trans e do respeito à diversidade de gênero, através da disseminação de informações científicas a toda a comunidade acadêmica.” (Albuquerque, 2020, p. 90).

O referido documento sugere a realização das seguintes ações: performances teatrais, cine debates, mesas redondas/palestras/fóruns, rodas de conversa, cartões informativos e abertura de vagas para estudantes trans como bolsistas nos laboratórios da instituição. Ressalta-se que todas as propostas de intervenções estão descritas de forma detalhada, com os seus respectivos objetivos, equipe responsável, local de realização e periodicidade, no produto educacional elaborado, o qual está disponível no portal do EduCapes¹³.

Sabe-se, entretanto, que ações isoladas não possuem o poder de transformação social. Para iniciar esse processo é imprescindível que a escola abandone seu caráter adestrador e passe a trabalhar de forma articulada com outras instituições e movimentos organizados pela sociedade, com vistas a buscar uma formação verdadeiramente inclusiva, democrática e emancipatória, livre de toda a forma de preconceito, no sentido do respeito às diversidades de gênero e sexo.

Para que a diversidade conduza a uma ação pedagógica desmistificadora, libertária, emancipatória e vitalizadora, é preciso agir com criatividade, encontrar linhas de fuga, de modo a permitir que ela seja reconhecida, que a presença e as experiências de vida daquele tido como diferente sejam vistas como possibilidades legítimas, e que seja garantido seu direito à interlocução. É necessário, nesse sentido, que estejamos dispostos a nos movimentar em direção a ele e a nos deixar interpelar por ele, e vice-versa. (Junqueira, 2009, pp. 173-174).

¹³ Ver <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/572843>

No entanto, importa ponderar que, em sociedades capitalistas, as soluções apresentadas para o enfrentamento das questões sociais buscam atuar apenas em seus efeitos, sem, contudo, enfrentar suas causas, uma vez que interessa a essas sociedades a manutenção dos conflitos sociais. Assim sendo, esses recursos apresentam pouco impacto no que se refere à modificação das condições produtoras e reprodutoras de vulnerabilidades sociais. (Oliveira & Silva, 2018).

Dito isto e compreendendo que o presente estudo não reúne forças suficientes para realizar profundas transformações em níveis macroestruturais, no sentido de eliminar as causas da transfobia, o foco das ações sugeridas se concentra nos efeitos dessa questão social e visam dar visibilidade às questões que atravessam o cotidiano de pessoas trans e travestis, contribuindo para minimizar a transfobia no ambiente acadêmico.

5. Considerações Finais

A sociedade cria, recria e fortalece – cotidianamente e de forma sutil ou evidente – diversos mecanismos de padronização de comportamentos. Sob a justificativa do natural/biológico ou mesmo da religião/pecado, indivíduos criam normas de condutas sexuais e de expressão de gênero que caminham exclusivamente para a heterossexualidade, margeando as diversidades e cerceando sua legitimidade e o seu livre debate nos diversos espaços socioinstitucionais.

Nesse processo, a escola, sendo um espaço onde os conflitos sociais são produzidos, reproduzidos e aprofundados, não se furta em fortalecer os padrões de heteronormatividade, na medida em que omite e silencia – ou mesmo impede – a discussão de temas que atravessam significativamente o cotidiano de toda a comunidade acadêmica.

A não representatividade do público LGBTQIA+ nos materiais didáticos ou mesmo a associação compulsória e sistemática da homossexualidade, da transexualidade e da travestilidade a práticas sexuais e a infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), resumem a existência desses indivíduos à sua sexualidade e contribuem para perpetuar e fortalecer no imaginário popular a ideia que os relacionam à perversão sexual. Esses mecanismos oferecem elementos para que, em nome da “moral cristã” e da “família tradicional”, “cidadã/os de bem” se sintam à vontade para cometer crimes de transfobia, através de atos de discriminação e preconceito que tiram não apenas a dignidade das pessoas transgênero, mas também suas vidas.

A incansável busca por indivíduos padronizados e normatizados, marginaliza as diferenças e patologiza as identidades daquelas/es que ousam burlar as regras estabelecidas por homens brancos e heterossexuais. A escola, que deveria ser um espaço de inclusão, acolhimento das diferenças e de combate a todas as formas de materialização dos preconceitos, se configura como mais um ambiente hostil, que reforça e perpetua a heteronormatividade como única forma legítima de relacionamento afetivo. No entanto, esta também se configura como um espaço de resistência, especialmente para as pessoas trans e travestis, na medida em que burlam a norma social, que teima em aprisioná-las à esquina, e adentram espaços centrais, antes quase inalcançáveis.

Acredita-se que a escola somente abandonará a sua face adestradora, classista e LGBTQfóbica quando caminhar para uma educação no sentido da superação dos preconceitos e do respeito às diversidades, reconhecendo-se como um espaço democrático, plural e diverso, de construção do conhecimento crítico e incentivo ao pensamento reflexivo, de acolhimento das diferenças, livre das cercas que separam as distintas realidades vivenciadas pelos indivíduos e que empurra para um abismo de incertezas aquelas/es que apenas querem viver plenamente suas identidades e sexualidades. Para tanto, é imprescindível e urgente que sejam realizadas mudanças profundas em nossa sociedade e, acredita-se que a escola é um caminho para concretizar essa transformação.

O presente artigo abordou a transfobia institucional experienciada por estudantes transgênero feminino matriculadas em instituição de ensino. As diminutas matrículas em cursos de nível superior reforçam a ideia de que a formação básica dessas pessoas também é permeada por desafios. Assim sendo, para uma melhor apreensão do percurso acadêmico e profissional da população trans, sugere-se futuras pesquisas com vistas a identificar os desafios por elas vivenciados no ensino fundamental e médio – os quais obstaculizam o acesso ao nível superior de ensino –, bem como verificar e analisar as barreiras que atrapalham

a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho, em suas áreas de formação. Dessa forma, será possível compreender as adversidades que permeiam o cotidiano de pessoas trans e travestis e os desafios para transformar as realidades que as afastam das escolas, universidades e mercado formal de trabalho.

Referências

- Albuquerque, E. F. A. R. (2020). *Transfobia na educação: os desafios de estudantes transgênero feminino no cotidiano acadêmico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Campus de Fortaleza*. (Dissertação de Mestrado). Mestrado Profissional em Rede Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/ Campus Fortaleza, Fortaleza, CE, Brasil.
- Almeida, C. B. & Vasconcellos, V. A. (2020). Transexuais: Transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo? *Revista Direito GV*, 14(2), 302-333. <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6172201814>.
- Andrade, L. N. (2012). *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa* (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Benevides, B. G., & Nogueira, S. N. B. (Orgs.). (2020). *Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019*. Expressão Popular, ANTRA, IBTE.
- Bento, B. (2008). *O que é transexualidade*. Brasiliense.
- Borrillo, D. (2009). A homofobia. In Lionço, T & Diniz, D. (Orgs). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Letras Livres: EdUnB.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Senado Federal.
- Brasil. (1989). *Lei Nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989*. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Presidência da República.
- Ceará. (2020). *Decreto Estadual nº 33.510, de 16 de março de 2020*. Decreta situação de emergência em saúde e dispõe sobre medidas para enfrentamento e contenção da infecção humana pelo novo coronavírus. Diário Oficial do Estado [do Ceará]: série 3, Fortaleza: Poder Executivo.
- Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). (2016). *Série Assistente Social no combate ao preconceito: transfobia*. Serra Dourada.
- Costa, Â. B. & Nardi, H. C. (2015). Homofobia e preconceito contra diversidade sexual: Debate conceitual. *Temas em Psicologia*, 23(3), 715-726. 10.9788/TP2015.3-15
- Fontes, M. (2009). Ilustrações do silêncio e da negação. In Lionço, T & Diniz, D. (Orgs). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Letras Livres: EdUnB.
- Foucault, M. (1999). *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. (20a ed.). Vozes
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.). Atlas.
- Godoi, M., Moraes, J. C. O. S. & Matos, M. A. (2021). Pedagogia cultural de empoderamento de sujeitos periféricos, negros e LGBTQIA+: uma análise do videoclipe de rap AmarElo. *Research, Society and Development*, 10(3). <https://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13382>.
- Haraway, D. (2004). “Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, 22, 201-246.
- Jesus, J. G., & Alves, H. (2012). Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. *Revista Cronos*, 11(2), 8-19.
- Junqueira, R. D. (2009). Políticas de educação para a diversidade sexual: escola como lugar de direitos. In Lionço, T & Diniz, D. (Orgs). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Letras Livres: EdUnB.
- Lionço, T. & Diniz, D. (2009). Homofobia, silêncio e naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. In Lionço, T & Diniz, D. (Orgs). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Letras Livres: EdUnB.
- Lustosa, F. G. (2002). *Concepções de deficiência mental e prática pedagógica: contexto que nega e evidencia a diversidade*. (Dissertação de Mestrado). Mestrado em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.
- Lustosa, F. G. & Pires, M. G. L. (2017). Análise do Filme Os Melhores Dias de Nossa Vida: pressupostos teóricos para o debate na formação de professores inclusivos. In: Lustosa, F. G. & Mariana, F. B. (Orgs). *Diversidade, diferença e deficiência: uma análise histórica e narrativas cinematográficas*. Fortaleza: Edições UFC.
- Modesto, E. (2013). Transgeneridade: um complexo desafio. *Via Atlântica*, 24, 49-65. <http://doi.org/10.11606/va.v0i24.57215>.
- Oliveira, E. G. & Silva, E.V. (2018) Convergências e dissonâncias dos programas PNAES e bolsa-permanência e a lei de cotas, *Labor*. 1 (19), 05-14.
- Organização das Nações Unidas (ONU). (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*.
- Organização Pan-americana de Saúde, Organização Mundial de Saúde. Representação da OPAS no Brasil. (2020). *Folha informativa COVID-19: doença causada pelo novo coronavírus*.
- Pino, A. M. O. (2017). *Diversidade sexual e educação: uma relação de desafios e possibilidades*. IFRN.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Editora Fundação Perseu Abramo.

Santana, A. L. A. (2016). A vivência dos travestis em escolas e no ensino superior brasileiro: uma análise bibliográfica do período 2011-2015. *Revista Científica Fagoc Multidisciplinar*, 1(1), 99-111.

Sasaki, R. K. (2009). Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, 10-16.

Vale, A. F. C. (2005). *O vôo da beleza: travestilidade e devir minoritário* (Tese de doutorado). Programa de Pós Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.